

MP extingue Funasa e transfere suas competências para ministérios da Saúde e das Cidades



A Medida Provisória 1556/23 extingue a Fundação Nacional de Saúde (Funasa). As competências do órgão serão transferidas para o Ministério da Saúde, no que se refere ao exercício de atividades relacionadas à vigilância em saúde e ambiente, e para o Ministério das Cidades, quanto ao exercício das demais atividades.

Conforme o texto, a extinção da Funasa não implicará nenhuma alteração dos direitos e vantagens devidos aos seus servidores e empregados. A MP estabelece ainda que a estrutura do órgão e seu patrimônio, acervo, contratos e servidores serão gradualmente incorporados pelo governo por ato do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

vação em Serviços Públicos.

A Funasa é uma fundação pública e foi criada em 1990. As ações da Fesp e da Sucam consistiam no trabalho de prevenção e combate à doenças, na educação em saúde, na atenção à saúde de populações carentes, sobretudo aquelas do Norte e Nordeste, no saneamento básico e no combate e controle de endemias, além da pesquisa científica e tecnológica voltadas para a saúde.

Tramitação

A MP 1156/23 será analisada pelos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Fonasefe cobra retomada imediata de negociações com servidores



Na manhã dessa segunda-feira, 2, integrantes do Fonasefe estiveram em frente ao Ministério da Gestão e Inovação do Serviço Público, no Bloco C da Esplanada dos Ministérios, onde solicitaram a retomada imediata das negociações com servidores federais. Um documento foi entregue também aos ministérios da Fazenda e Casa Civil com uma lista de solicitações urgentes. Entre elas está a possibilidade

de remanejamentos no Orçamento 2023, aprovado pelo Congresso Nacional, buscando o atendimento de um reajuste linear emergencial de 27%, índice da inflação acumulada durante os últimos quatro anos de governo Bolsonaro.

A categoria ainda quer discutir formas de estabelecer índices e período de reajuste salarial de 2023 e abrir negociações sobre os benefícios que impactam diretamente os

salários congelados desde o último acordo firmado. À tarde, o secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, esteve na posse da nova ministra da Gestão e Inovação do Serviço Público, Esther Dweck. Sérgio reforçou com a ministra a necessidade de instalar o quanto antes o processo de negociações. Dweck afirmou que ainda esse mês a primeira reunião deve ser confirmada.

Fonte: Condsef

Ministro de Minas e Energia promete nova política de preços da Petrobras



O novo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, garantiu que o Brasil terá uma nova política de preços de combustíveis e investirá mais em refino, com a finalidade de proteger os consumidores. “Apesar de sermos, muito graças à Petrobras, a maior produtora de petróleo da América Latina, nossa capacidade de refino deficitária nos torna reféns da importação de derivados de petróleo e de gás natural, deixando o mercado nacional exposto às constantes e abruptas oscilações internacionais de preço”, disse ele Silveira, durante sua posse, segundo reportagem do Valor.

Atualmente a Petrobras segue o modelo de Preços de Paridade Internacional (PPI), que

cobra do consumidor brasileiro o preço do barril do petróleo em dólar, de acordo com a volatilidade do mercado internacional. O PPI foi implementado no governo golpista de Michel Temer (MDB-SP) e mantido por Jair Bolsonaro (PL). Os preços dos combustíveis no país só baixaram às vésperas das eleições de 2022, após mudança na cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), tributo cobrado sobre o produto pelos estados da federal.

Ainda em seu discurso de posse na tarde de segunda-feira (2), em Brasília, o ministro das Minas e Energia delcarou que é preciso "implementar um desenho de mercado que promova a competição, mas que preserve o consumidor da volatilidade de

preço dos combustíveis”, acrescentou.

“É muito difícil explicar ao povo brasileiro que somos o paraíso dos biocombustíveis, que temos a riqueza do pré-sal, mas que ele ficará inevitavelmente à mercê dos preços da commodities internacionais ou do açúcar no mercado internacional”, pontuou. “Algumas coisas estamos fazendo de forma equivocada. Precisamos exercitar nossa criatividade e pensar em soluções que funcionem para os investidores, mas, em especial, para o povo brasileiro”, disse.

O presidente Lula determinou a revogação de processos de privatização da Petrobras e mais sete estatais: Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A.; Pré-Sal Petróleo S.A (PPSA); Correios; Empresa Brasil de Comunicação (EBC); Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev); Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep); Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro); Armazéns e os imóveis de domínio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), iniciados durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Fonte: CUT